

Parlamentarismo é ensaiado

□ *Políticos discutem blocos em busca de poder*

O clima do Carnaval não é o responsável pela discussão generalizada no Congresso Nacional em torno da formação de blocos parlamentares, mas, sim, a conquista de espaço e poderes no Legislativo, num verdadeiro ensaio geral para o parlamentarismo. Pelo menos seis alternativas de blocos foram exaustivamente discutidas pelos parlamentares nas últimas semanas. As duas lideranças nacionais que mais resistem aos blocos são justamente as que devem liderar a campanha pelo presidencialismo no plebiscito a ser realizado em 93 — o governador Leonel Brizola e o ex-governador Orestes Quércia. O PDT na Câmara botou uma pá de cal nas articulações das esquadras em fazer o seu próprio bloco, alegando que isto encobriria as diferenças entre os vários partidos. Por sua vez, o PT, que sempre foi arredio a alianças, em seu processo de mudança do presidencialismo para o parlamentarismo, passou a defender o bloco.

No Senado Federal, há um bloco governista constituído pelo PFL e PRN. O futuro ministro Jorge Bornhausen e o senador Marco Maciel, líder do Governo, tentaram ampliá-lo, atraindo o PDS, PDC e PTB, para formar um bloco de 38 senadores, três a menos que a maioria do Senado. A articulação esbarrou em dois fortes obstáculos: primeiro, a insistência de senadores do próprio PFL em não caracterizar o bloco como governista, mas sim como independente; segundo, a reação das oposições que se reuniram e prometeram como represália formar um outro bloco, integrado por 43 senadores.

A expectativa, agora, é de que nada mude no Senado, com o Governo prosseguindo no trabalho de aumentar sua base parlamentar sem, contudo, formalizá-la em um bloco. A avaliação dentro do próprio Governo é de que não será bom para o Executivo polarizar o Senado Federal em dois blocos, restringindo a margem de manobras dos governistas e a exploração das diferenças existentes entre os partidos oposicionistas.

Discussão explosiva

Na Câmara, a discussão sobre blocos foi mais explosiva e, também, mais traumática. O ano legislativo começou com apenas um bloco formado — o governista —, integrado por PFL, PRN e PSC, com 123 deputados. Aliados tradicionais do Governo, PDS, PTB, PDC e PL tentaram formar um bloco próprio, independente, na busca de melhores posições na Câmara e para demonstrar a insatisfação com a não conclusão da reforma ministerial. O preço político pago pelas lideranças do bloquinho foi alto: com a intervenção ostensiva do Governo, os líderes do PTB, Gastone Righi, e do PDS, Victor Faccioni, foram destituídos.

Agora, o Governo quer ampliar o seu próprio bloco e espera atrair inclusive o PTB, que seria pacificado com o atendimento pelo Executivo de algumas reivindicações de cargos por parte dos principais líderes rebeldes do partido. Dentre eles, o próprio Gastone Righi e o deputado Roberto Jefferson, do Rio de Janeiro.

Sem devolução

Por sua vez, as articulações entre as oposições não evoluíram. O deputado José Genoíno, em nome do PT, trabalhou pela formação de um bloco integrado por todos os partidos de oposição da Câmara. O PDT, por orientação de Brizola, condicionou sua participação ao não ingresso do PMDB. O PSDB fez uma exigência inversa: só entraria se o PMDB também participasse. Com isto, o bloco ficou praticamente inviabilizado.

Genoíno ainda tenta formar um bloco, com 150 deputados, sem o PMDB. Mas o PDT agora nem isto topa mais. O deputado Waldir Pires, do PDT da Bahia, que era um entusiasta do bloco, já se convenceu de que ele não é viável: "Não há no momento clima para isto. Vamos tentar articular uma federação informal das oposições, uma espécie de fórum no qual buscaremos posições comuns", anuncia Waldir Pires. (A. M.)